

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	71
--	----

Motivos de Reapresentação	72
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.446.898.779
Preferenciais	0
Total	1.446.898.779
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.712.609	2.825.025
1.01	Ativo Circulante	267.624	368.268
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	110.543	111.026
1.01.02	Aplicações Financeiras	57.204	131.790
1.01.03	Contas a Receber	9.356	8.319
1.01.03.01	Clientes	9.356	8.319
1.01.04	Estoques	50.979	33.090
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.314	9.137
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.314	9.137
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	2.314	9.137
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	37.228	74.906
1.01.08.03	Outros	37.228	74.906
1.01.08.03.01	Adiantamento	26.909	16.258
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	9.816	9.272
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	0	48.799
1.01.08.03.04	Outros ativos	503	577
1.02	Ativo Não Circulante	2.444.985	2.456.757
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	125.255	112.637
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	32.924	24.023
1.02.01.03	Contas a Receber	6.565	4.883
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.565	4.883
1.02.01.06	Tributos Diferidos	38.325	37.882
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	38.325	37.882
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	47.441	45.849
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	47.441	45.849
1.02.02	Investimentos	2	2
1.02.02.01	Participações Societárias	2	2
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2	2
1.02.03	Imobilizado	34.324	31.142
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	34.324	31.142
1.02.04	Intangível	2.285.404	2.312.976
1.02.04.01	Intangíveis	2.285.404	2.312.976
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.282.914	2.308.534
1.02.04.01.02	Outros	2.490	4.442

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.712.609	2.825.025
2.01	Passivo Circulante	372.554	725.021
2.01.02	Fornecedores	37.495	53.943
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	232.736	549.774
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	82.537	207.488
2.01.04.02	Debêntures	150.199	342.286
2.01.05	Outras Obrigações	102.323	121.304
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.690	34.290
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.690	34.290
2.01.05.02	Outros	96.633	87.014
2.01.05.02.04	Impostos, taxas e contribuições a pagar	6.068	4.836
2.01.05.02.05	Salários, provisões e contribuições sociais	42.429	29.378
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	1.813	2.171
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	10.452	4.096
2.01.05.02.09	Outras obrigações	6.386	2.109
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	29.485	5.423
2.01.05.02.11	Juros sobre capital próprio a pagar	0	39.001
2.02	Passivo Não Circulante	965.587	718.181
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	894.119	655.370
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	590.864	521.542
2.02.01.02	Debêntures	303.255	133.828
2.02.02	Outras Obrigações	51.497	47.838
2.02.02.02	Outros	51.497	47.838
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	51.310	47.651
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	187
2.02.04	Provisões	19.971	14.973
2.02.04.02	Outras Provisões	19.971	14.973
2.02.04.02.04	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	19.701	14.973
2.02.04.02.05	Outros Passivos	270	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.374.468	1.381.823
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.04	Reservas de Lucros	4.177	37.663
2.03.04.01	Reserva Legal	4.177	4.177
2.03.04.10	Dividendos adicionais a distribuir	0	33.486
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	26.131	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	269.837	734.319	237.444	650.545
3.01.01	Receita de serviços	243.491	678.080	201.250	575.006
3.01.02	Receita da construção	26.346	56.239	36.194	75.539
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-149.508	-439.570	-138.995	-382.342
3.02.01	Custos de serviços	-123.162	-383.331	-102.801	-306.803
3.02.02	Custo da construção	-26.346	-56.239	-36.194	-75.539
3.03	Resultado Bruto	120.329	294.749	98.449	268.203
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-60.744	-126.558	-33.937	-83.892
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-61.166	-128.350	-34.281	-85.268
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	422	1.792	344	1.376
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	59.585	168.191	64.512	184.311
3.06	Resultado Financeiro	-36.244	-126.319	-10.306	-50.605
3.06.01	Receitas Financeiras	13.363	57.772	61.465	109.949
3.06.02	Despesas Financeiras	-49.607	-184.091	-71.771	-160.554
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.341	41.872	54.206	133.706
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.904	-15.741	-2.775	-30.220
3.08.01	Corrente	-10.851	-16.184	0	0
3.08.02	Diferido	1.947	443	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.437	26.131	51.431	103.486
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.437	26.131	51.431	103.486
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00998	0,01806	0,03555	0,07152
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00998	0,01806	0,03555	0,07152

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	14.437	26.131	51.431	103.486
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.437	26.131	51.431	103.486

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	248.679	226.420
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	296.684	260.199
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	41.872	133.706
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	93.340	84.528
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	405	1.246
6.01.01.05	Provisões diversas	1.498	1.413
6.01.01.06	Variações monetárias, cambiais e encargos - Líquidas	81.980	86.444
6.01.01.09	Ajuste de operações de Hedge	72.861	-42.728
6.01.01.13	Provisões diversas	4.728	-4.410
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-48.005	-33.779
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.221	-2.303
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-1.592	-1.702
6.01.02.04	Estoques	-17.889	-4.977
6.01.02.05	Outros créditos	-11.121	-7.007
6.01.02.06	Fornecedores	-3.468	-6.062
6.01.02.07	Obrigações com empregados e administradores	13.051	6.835
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	1.232	5.827
6.01.02.10	Outra obrigações a pagar	10.964	7.013
6.01.02.11	Impostos de renda e contribuição social	6.823	-1.075
6.01.02.12	Partes relacionadas	-28.600	0
6.01.02.13	Impostos de renda e contribuição pagos	-16.184	-30.328
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.141	-128.979
6.02.01	Aquisição de intangível	-65.099	-67.429
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-17.056	-29.504
6.02.03	Aplicação Financeira	47.014	-32.046
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-214.021	-92.510
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures	-449.328	-44.022
6.03.03	Pagamento de juros	-142.622	-48.085
6.03.04	Captação de empréstimos e debêntures	450.000	0
6.03.05	Concessão de serviço público	3.293	-403
6.03.06	Liquidação de derivativos	-2.877	0
6.03.07	Dividendos e juros sobre o capital próprio pago	-72.487	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-483	4.931
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	111.026	38.807
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	110.543	43.738

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	37.663	0	0	1.381.823
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	37.663	0	0	1.381.823
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-33.486	0	0	-33.486
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.486	0	0	-33.486
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.131	0	26.131
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.131	0	26.131
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	4.177	26.131	0	1.374.468

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-1.184	0	1.342.976
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-1.184	0	1.342.976
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-45.884	0	-45.884
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-45.884	0	-45.884
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	103.486	0	103.486
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	103.486	0	103.486
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	56.418	0	1.400.578

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	755.391	668.297
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	698.181	591.391
7.01.02	Outras Receitas	58.708	78.319
7.01.02.01	Outras receitas	2.469	1.353
7.01.02.02	Receita da construção	56.239	76.966
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.498	-1.413
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-254.511	-241.183
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-198.272	-165.644
7.02.04	Outros	-56.239	-75.539
7.02.04.01	Custo da construção	-56.239	-75.539
7.03	Valor Adicionado Bruto	500.880	427.114
7.04	Retenções	-93.340	-84.528
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-93.340	-84.528
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	407.540	342.586
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	57.772	109.949
7.06.02	Receitas Financeiras	57.772	109.949
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	465.312	452.535
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	465.312	452.535
7.08.01	Pessoal	158.693	121.576
7.08.01.01	Remuneração Direta	111.035	85.182
7.08.01.02	Benefícios	39.631	30.499
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.027	5.895
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	65.595	64.148
7.08.02.01	Federais	48.713	49.833
7.08.02.02	Estaduais	3.342	2.922
7.08.02.03	Municipais	13.540	11.393
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	214.893	163.325
7.08.03.01	Juros	124.822	79.133
7.08.03.02	Aluguéis	30.803	1.341
7.08.03.03	Outras	59.268	82.851
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	26.131	103.486
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	45.884
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	26.131	57.602

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.712.609	2.825.025
1.01	Ativo Circulante	267.626	368.270
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	110.545	111.028
1.01.02	Aplicações Financeiras	57.204	131.790
1.01.03	Contas a Receber	9.356	8.319
1.01.03.01	Clientes	9.356	8.319
1.01.04	Estoques	50.979	33.090
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.314	9.137
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.314	9.137
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	2.314	9.137
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	37.228	74.906
1.01.08.03	Outros	37.228	74.906
1.01.08.03.01	Adiantamento	26.909	16.258
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	9.816	9.272
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	0	48.799
1.01.08.03.04	Outros ativos	503	577
1.02	Ativo Não Circulante	2.444.983	2.456.755
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	125.255	112.637
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	32.924	24.023
1.02.01.03	Contas a Receber	6.565	4.883
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.565	4.883
1.02.01.06	Tributos Diferidos	38.325	37.882
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	38.325	37.882
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	47.441	45.849
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	47.441	45.849
1.02.03	Imobilizado	34.324	31.142
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	34.324	31.142
1.02.04	Intangível	2.285.404	2.312.976
1.02.04.01	Intangíveis	2.285.404	2.312.976
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.282.914	2.308.534
1.02.04.01.02	Outros	2.490	4.442

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.712.609	2.825.025
2.01	Passivo Circulante	372.554	725.021
2.01.02	Fornecedores	37.495	53.943
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	232.736	549.774
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	82.537	207.488
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	82.537	207.488
2.01.04.02	Debêntures	150.199	342.286
2.01.05	Outras Obrigações	102.323	121.304
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.690	34.290
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	5.690	34.290
2.01.05.02	Outros	96.633	87.014
2.01.05.02.04	Impostos, taxas e contribuições a pagar	6.068	4.836
2.01.05.02.05	Salários, provisões e contribuições sociais	42.429	29.378
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	1.813	2.171
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	10.452	4.096
2.01.05.02.09	Outras obrigações	6.386	2.109
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	29.485	5.423
2.01.05.02.11	Juros sobre capital próprio a pagar	0	39.001
2.02	Passivo Não Circulante	965.587	718.181
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	894.119	655.370
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	590.864	521.542
2.02.01.02	Debêntures	303.255	133.828
2.02.02	Outras Obrigações	51.497	47.838
2.02.02.02	Outros	51.497	47.838
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	51.310	47.651
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	187
2.02.04	Provisões	19.971	14.973
2.02.04.02	Outras Provisões	19.971	14.973
2.02.04.02.04	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	19.701	14.973
2.02.04.02.05	Outros Passivos	270	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.374.468	1.381.823
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.04	Reservas de Lucros	4.177	37.663
2.03.04.01	Reserva Legal	4.177	4.177
2.03.04.10	Dividendos adicionais a distribuir	0	33.486
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	26.131	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	269.837	734.319	237.444	650.545
3.01.01	Receita de serviços	243.491	678.080	201.250	575.006
3.01.02	Receita da construção	26.346	56.239	36.194	75.539
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-149.508	-439.570	-138.995	-382.342
3.02.01	Custos de serviços	-123.162	-383.331	-102.801	-306.803
3.02.02	Custo da construção	-26.346	-56.239	-36.194	-75.539
3.03	Resultado Bruto	120.329	294.749	98.449	268.203
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-60.744	-126.558	-33.937	-83.892
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-61.166	-128.350	-34.281	-85.268
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	422	1.792	344	1.376
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	59.585	168.191	64.512	184.311
3.06	Resultado Financeiro	-36.244	-126.319	-10.306	-50.605
3.06.01	Receitas Financeiras	13.363	57.772	61.465	109.949
3.06.02	Despesas Financeiras	-49.607	-184.091	-71.771	-160.554
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.341	41.872	54.206	133.706
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.904	-15.741	-2.775	-30.220
3.08.01	Corrente	-10.851	-16.184	0	0
3.08.02	Diferido	1.947	443	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.437	26.131	51.431	103.486
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	14.437	26.131	51.431	103.486
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	14.437	26.131	51.431	103.486
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00998	0,01806	0,03555	0,07152
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00998	0,00000	0,03555	0,07152

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	14.437	26.131	51.431	103.486
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	14.437	26.131	51.431	103.486
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	14.437	26.131	51.431	103.486

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	248.679	226.420
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	296.684	260.199
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do período	41.872	133.706
6.01.01.02	Depreciação e amortização	93.340	84.528
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	405	1.246
6.01.01.05	Provisões diversas	1.498	1.413
6.01.01.06	Variações monetárias, cambiais e encargos - Líquidas	81.980	86.444
6.01.01.09	Ajuste de operações de Hedge	72.861	-42.728
6.01.01.10	Outros	4.728	-4.410
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-48.005	-33.779
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.221	-2.303
6.01.02.02	Depósitos judiciais	-1.592	-1.702
6.01.02.03	Estoques	-17.889	-4.977
6.01.02.04	Outros créditos	-11.121	-7.007
6.01.02.05	Fornecedores	-3.468	-6.062
6.01.02.06	Obrigações com empregados e administradores	13.051	6.835
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	1.232	5.827
6.01.02.09	Outras obrigações a pagar	10.964	7.013
6.01.02.10	Impostos de renda e contribuição social	6.823	-1.075
6.01.02.11	Partes relacionadas	-28.600	0
6.01.02.12	Impostos de renda e contribuição pagos	-16.184	-30.328
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.141	-128.979
6.02.01	Aquisição de intangível	-65.099	-67.429
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-17.056	-29.504
6.02.03	Aplicação Financeira	47.014	-32.046
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-214.021	-92.510
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-449.328	-44.022
6.03.03	Pagamento de juros	-142.622	-48.085
6.03.04	Captação de empréstimos e debêntures	450.000	0
6.03.05	Concessão de serviço público	3.293	-403
6.03.06	Liquidação de derivativos	-2.877	0
6.03.07	Dividendos e juros sobre o capital próprio pago	-72.487	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-483	4.931
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	111.028	38.809
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	110.545	43.740

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	37.663	0	0	1.381.823	0	1.381.823
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	37.663	0	0	1.381.823	0	1.381.823
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-33.486	0	0	-33.486	0	-33.486
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.486	0	0	-33.486	0	-33.486
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.131	0	26.131	0	26.131
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.131	0	26.131	0	26.131
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	4.177	26.131	0	1.374.468	0	1.374.468

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

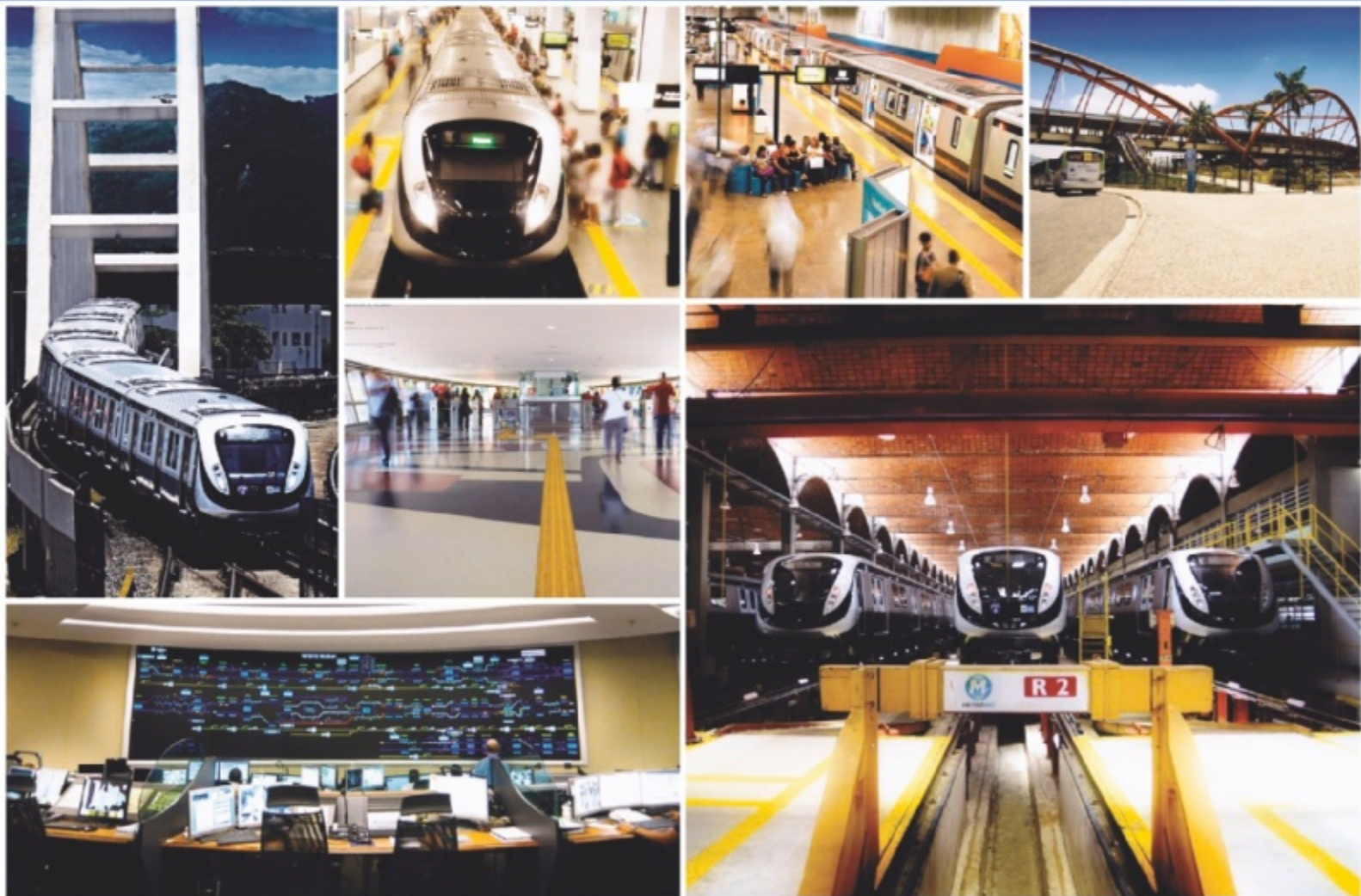
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-1.184	0	1.342.976	0	1.342.976
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-1.184	0	1.342.976	0	1.342.976
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-45.884	0	-45.884	0	-45.884
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-45.884	0	-45.884	0	-45.884
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	103.486	0	103.486	0	103.486
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	103.486	0	103.486	0	103.486
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	56.418	0	1.400.578	0	1.400.578

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	755.391	668.297
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	698.181	591.391
7.01.02	Outras Receitas	58.708	78.319
7.01.02.01	Outras receitas	2.469	1.353
7.01.02.02	Receita da construção	56.239	76.966
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.498	-1.413
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-254.511	-241.183
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-198.272	-165.644
7.02.04	Outros	-56.239	-75.539
7.02.04.01	Custo da construção	-56.239	-75.539
7.03	Valor Adicionado Bruto	500.880	427.114
7.04	Retenções	-93.340	-84.528
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-93.340	-84.528
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	407.540	342.586
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	57.772	109.949
7.06.02	Receitas Financeiras	57.772	109.949
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	465.312	452.535
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	465.312	452.535
7.08.01	Pessoal	158.693	121.576
7.08.01.01	Remuneração Direta	111.035	85.182
7.08.01.02	Benefícios	39.631	30.499
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.027	5.895
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	65.595	64.148
7.08.02.01	Federais	48.713	49.833
7.08.02.02	Estaduais	3.342	2.922
7.08.02.03	Municipais	13.540	11.393
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	214.893	163.325
7.08.03.01	Juros	124.822	79.133
7.08.03.02	Aluguéis	30.803	1.341
7.08.03.03	Outras	59.268	82.851
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	26.131	103.486
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	45.884
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	26.131	57.602

Comentário de Desempenho

30 de Setembro de 2016



LIMA EMPRESA
invepar
MOBILIDADE
URBANA



Comentário do Desempenho

RESULTADOS 3T16

METRÔRIO

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016: A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., ("MetrôRio" ou "Companhia"), empresa controlada pela INVEPAR Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A., tem como principal atividade: a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão ("Contrato"), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente").

O MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 em um total de 36 estações do sistema metroviário do Rio de Janeiro, com 42 quilômetros de extensão. A Linha 4, iniciou a Operação Comercial com horário reduzido em 19 de setembro de 2016, com 16 quilômetros de extensão e as seguintes estações: Jardim Oceânico, São Conrado, Antero de Quintal, Jardim de Alah, Nossa Senhora da Paz e General Osório.

A Administração da Companhia apresenta suas Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016. As mesmas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aplicados de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2 das Informações Trimestrais Intermediárias.

As informações financeiras, exceto onde indicado, são apresentadas em bases consolidadas e todos os valores estão em R\$ milhões e as comparações são referentes ao 3T15.

RESULTADOS 3T16**Comentário de Desempenho****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO PERÍODO DOS TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016.**

- O MetrôRio transportou 63,5 milhões de passageiros no 3T16, um crescimento de 4,8% em relação ao 3T15, quando foram transportados 60,6 milhões de passageiros. Diante de um contexto político e econômico bastante desafiador, o número de passageiros pagantes cresceu 4,4%, passando de 54,7 milhões no 3T15 para 57,1 milhões no 3T16.
- O crescimento da receita tarifária foi de R\$ 34,4 milhões ou 17,2% no 3T16 em relação ao 3T15. Os principais motivos para este crescimento foram as mudanças viárias no Centro da cidade e a movimentação Olímpica e Paralímpica nos meses de agosto e setembro com o aumento do fluxo de turistas na cidade.
- As receitas não tarifárias cresceram em um montante de R\$ 4 milhões, ou 62,8%, em relação ao mesmo período de 2015. Este crescimento se deu em incrementos com publicidade, novos contratos de locação espaço físico, lojas, quiosques e máquinas de auto atendimento.
- Os Custos e Despesas ajustados apresentaram um crescimento de R\$ 47,2 milhões, ou 34,5%, no 3T16 em relação ao 3T15. O crescimento é motivado, principalmente, pelo aumento dos gastos nas linhas de Pessoal, Energia Elétrica e pela operação e manutenção da L4.
- O Resultado Operacional (EBIT) no 3T16 foi de R\$ 59,6 milhões, apresentando uma redução de -7,6%, ou -R\$ 4,9 milhões em relação ao 3T15 quando atingiu R\$ 64,5 milhões.

DESTAQUES DO TRIMESTRE**❖ LINHA 4**

No mês de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) para portadores de ingressos e do Cartão Olímpico, atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos – Família Olímpica. A Linha 4 tem a extensão de 16 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul). A Linha 4 iniciou a Operação Comercial com horário reduzido em 19 setembro de 2016.

❖ OLIMPÍADA e PARALIMPÍADA

Em agosto e setembro de 2016, a Cidade do Rio de Janeiro recebeu os Jogos Olímpicos e Paralímpicos e eles fizeram história. Além dos recordes batidos pelos competidores – foram 91 olímpicos e 27 mundiais – o transporte público também registrou o maior número de usuários já visto em suas diversas modalidades.

Nos 17 dias consecutivos de Jogos Olímpicos, o MetrôRio transportou 14 milhões de passageiros e atingiu seu recorde histórico de passageiros transportados por dia (1,121 milhão). Em 12 dias de evento Paralímpico, foram transportados 8 milhões de passageiros.

RESULTADOS 3T16**Comentário Desempenho**

Mais de 300 voluntários do MetrôRio colaboraram na orientação de fluxo e informações nas estações. Foram realizados diversos gastos com sinalizações durante o evento, incluindo painéis, adesivos e sonorização das estações com narração esportiva de atletas.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Nas tabelas abaixo, encontram-se os principais indicadores operacionais do MetrôRio:

Demanda

MM	3T16	3T15	▲	9M16	9M15	▲
MetrôRio – PAX Transportados	63,5	60,6	4,8%	186,2	175,0	6,4%
MetrôRio – PAX Pagantes	57,1	54,7	4,4%	167,9	158,3	6,1%

No 3T16, o número de passageiros transportados cresceu 4,8% em relação ao 3T15, passando de 60,6 milhões para 63,5 milhões.

Mesmo diante de um cenário desafiador, o MetrôRio apresentou crescimento na demanda, principalmente, em função de mudanças viárias e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos sediados na cidade no 3T16. Abaixo, os principais impactos:

Oferta

MM	3T16	3T15	▲	9M16	9M15	▲
Carro x Km ¹ Operacional	10.489	9.782	7,2%	30.102	28.514	5,6%

¹ carro x km: quantidade de partidas, de uma estação inicial, multiplicado pela distância até o final da linha x o número de carros da composição, em uma única direção.

O aumento do Carro x Km é evidenciado pela melhoria dos indicadores operacionais, *headway* (intervalo entre trens) e aumento da quantidade de DUE's (dias úteis equivalentes), que no 3T16 ficou 0,05 dias abaixo do mesmo período de 2015, porém foi compensado pelo incremento de demanda com o fluxo adicional de turistas na cidade no trimestre, durante os jogos Olímpicos.

RECEITAS

R\$ MM	3T16	3T15	▲	9M16	9M15	▲
Receita Bruta	277,5	243,1	14,1%	754,4	666,9	13,1%
Receitas Tarifárias	234,9	200,5	17,2%	662,5	569,6	16,3%
Receitas Não Tarifárias	10,4	6,4	62,8%	29,9	21,8	37,3%
Receita de Serviço	5,8	-	-	5,8	-	-
Receita de Construção (IFRS) ¹	26,3	36,2	-27,2%	56,2	75,5	-25,5%
Receita Bruta Ajustada	251,1	206,9	21,4%	698,2	591,4	18,1%
Deduções da Receita Bruta	(7,6)	(5,7)	34,8%	(20,1)	(16,4)	22,7%
Receita Líquida Ajustada	243,5	201,3	21,0%	678,1	575,0	17,9%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada foi de R\$ 243,5 milhões no 3T16, um crescimento de R\$ 42,2 milhões, ou 21% em relação ao 3T15, principalmente devido a:

- **Receitas tarifárias:** Representando 93,5% da Receita Bruta Ajustada, o crescimento foi de R\$ 34,4 milhões, ou 17,2% em relação ao 3T15, decorrente do crescimento no número de passageiros pagantes - movimentação Olímpica e Paralímpica; e das alterações viárias ocorridas na cidade;

RESULTADOS 3T16**Comentário Desempenho**

- **Receitas não tarifárias:** Representando 4,1% da Receita Bruta Ajustada, no 3T16, a Receita Não Tarifária aumentou em R\$ 4,0 milhões ou 62,8% maior, se comparado ao 3T15. Este aumento se dá em especialmente nas linhas aluguel espaço publicitário e locação espaço físico.
- **Receitas de Serviço:** A operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção, assinado em julho de 2013, firmado entre o MetrôRio, MetrôBarra, Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde o MetrôRio fica incumbido de executar a operação da Linha 4. No 3T16, apurou-se R\$5,8 milhões de receita pela prestação de tal serviço.
- **Receita de Construção:** A Receita de Construção é calculada sobre a aquisição de intangível no período, desconsiderando os juros capitalizados, conforme ICPC 01 Contratos de Concessão no período. O impacto é reflexo do volume de aquisições de intangíveis no período do 3T16 (projetos mencionados em Capex).

CUSTOS & DESPESAS

R\$ MM	3T16	3T15	▲	9M16	9M15	▲
Custos & Despesas Operacionais	(210,3)	(172,9)	21,6%	(566,1)	(466,2)	21,4%
Pessoal	(76,0)	(47,8)	59,1%	(186,4)	(138,7)	34,4%
Conservação & Manutenção	(19,5)	(16,7)	16,7%	(55,6)	(46,1)	20,5%
Operacionais	(37,9)	(27,6)	37,5%	(127,5)	(79,3)	60,8%
Despesas Administrativas	(19,4)	(16,1)	20,2%	(47,1)	(42,1)	11,9%
Custo de Construção (IFRS)	(26,3)	(36,2)	-27,2%	(56,2)	(75,5)	-25,5%
Depreciação & Amortização	(31,2)	(28,6)	9,1%	(93,3)	(84,5)	10,4%
Custos & Despesas Operacionais Ajustadas¹	(183,9)	(136,7)	34,5%	(509,9)	(390,7)	30,5%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção.

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustadas apresentaram um crescimento de R\$ 47,2 milhões, ou 34,5% no 3T16 em relação ao 3T15, devido a:

- **Pessoal:** Aumento de R\$ 28,2 milhões no 3T16 em comparação ao 3T15. Devido a contratação de pessoal para atender a operação e manutenção da Linha 4, às necessidades durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos e ajuste Acordo Coletivo (ACT).
- **Conservação e Manutenção:** Aumento de R\$ 2,8 milhões ou 16,7% no 3T16 ante o 3T15, principalmente nas rubricas de manutenção de equipamentos e serviços de limpeza, visando a melhoria na qualidade do serviço prestado aos passageiros.
- **Operacionais:** Crescimento de R\$ 10,3 milhões no 3T16, ou 37,5%, frente ao período de 3T15. Maiores custos com energia, diretamente associado ao aumento da oferta; Renovação da apólice de seguros riscos operacionais e seguro terrorismo em função dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.
- **Despesas Administrativas:** Aumento de R\$ 3,2 milhões no 3T16, ou 20,2%, frente ao mesmo período de 2015. As principais linhas que sofreram impacto foram: publicidade e propaganda, serviços gráficos e assessoria de imprensa – gastos ligados as Olimpíadas e Paralimpíadas (sinalização das estações, painéis e adesivos, sonorização e ações de divulgação da marca).
- **Custo de construção:** Os custos de construção são calculados sobre a aquisição de intangível no período, desconsiderando os juros capitalizados. Conforme ICPC 01 Contratos de Concessão. A exemplo da Receita de Construção, o custo é impactado pelo volume de aquisições de intangíveis no período (projetos mencionados em Capex).

RESULTADOS 3T16**Comentário ao Desempenho**

- **Depreciação e Amortização:** Aumento de R\$ 2,6 milhões no 3T16 em comparação ao 3T15, o que explicado pelas maiores adições ao Imobilizado e Intangível (CAPEX realizado – projetos que aumentaram a base do ativo).

EBITDA AJUSTADO

R\$ MM	3T16	3T15	▲	9M16	9M15	▲
EBIT	59,6	64,5	-7,6%	168,2	184,3	-8,7%
(+) Depreciação & Amortização	31,2	28,6	9,1%	93,3	84,5	10,4%
EBITDA¹	90,8	93,1	-2,5%	261,5	268,8	-2,7%
Ajustes	-	-	-	-	-	-
(-) Receita de Construção (IFRS) ¹	(26,3)	(36,2)	27,2%	(56,2)	(75,5)	25,5%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	26,3	36,2	-27,2%	56,2	75,5	-25,5%
EBITDA Ajustado²	90,8	93,1	-2,5%	261,5	268,8	-2,7%
Receita Líquida Ajustada	243,5	201,3	21,0%	678,1	575,0	17,9%
Margem EBITDA (%) Ajustada	37,3%	46,3%	-9,0 p.p	38,6%	46,8%	-8,2 p.p

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção.

²Instrução CVM Nº527/12.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 90,8 milhões no 3T16, uma redução de -2,5% em relação ao apurado no 3T15.

A redução do EBITDA Ajustado ocorreu devido ao crescimento dos Custos e Despesas Operacionais Ajustadas em relação a Receita Líquida. Já a Margem EBITDA Ajustada atingiu 37,3%, uma variação negativa de -9,0 p.ps em comparação ao período de 3T15, destacando as linhas de pessoal e operacional, como as principais justificativas para redução.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ MM	3T16	3T15	▲	9M16	9M15	▲
Receitas Financeiras	13,4	61,5	-78,3%	57,8	109,9	-47,5%
Despesas Financeiras	(49,6)	(71,8)	-30,9%	(184,1)	(160,6)	14,7%
Resultado Financeiro	(36,2)	(10,3)	251,7%	(126,3)	(50,6)	149,6%

No 3T16, o resultado financeiro do MetrôRio apresentou um crescimento de 251,7% em relação ao 3T15, uma variação de R\$ 25,9 milhões. Esta variação ocorreu, principalmente:

- **Receitas Financeiras:** A redução de -78,3% ou R\$ 48,1 milhões no 3T16 se comparado ao 3T15, reflete a perda com aplicação financeira (Fundo FIC) atrelado à variação da moeda norte americana e ao swap, derivativo construído em conjunto ao empréstimo do banco Citibank através da Lei 4131.
- **Despesas Financeiras:** Redução de R\$ 22,2 milhões, ou -30,9% no período de 3T16 se comparado ao mesmo período de 2015 principalmente em função da variação cambial – recuperação perda com instrumento derivativo (swap), onde ocorreu a valorização do dolar frente ao real; e variação monetária passiva, em função da atualização sobre processos cíveis e trabalhistas relacionados ao Contrato de Concessão, ocorridos em 3T15.

LUCRO LÍQUIDO

R\$ MM	3T16	3T15	▲	9M16	9M15	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	14,4	51,4	-71,9%	26,1	103,5	-74,7%

O Lucro Líquido no 3T16 foi de R\$ 14,4 milhões, representando uma redução de -71,9% ou R\$ 37,0 milhões em relação ao 3T15, diretamente ligado aos custos e despesas operacionais e ao resultado financeiro, absorvendo o efeito da receita líquida ajustada.

RESULTADOS 3T16**Comentário Desempenho****ENDIVIDAMENTO**

R\$ MM	9M16	9M15	▲
Dívida Bruta	1.126,9	1.209,6	-6,8%
Curto Prazo	232,7	534,2	-56,4%
Longo Prazo	894,1	675,4	32,4%
Disponibilidades	200,7	271,8	-26,2%
Caixa e equivalentes de caixa	110,5	43,7	153,0%
Aplicações Financeiras	90,1	228,1	-60,5%
Dívida Líquida	926,2	937,8	-1,2%

A Dívida Líquida do MetrôRio encerrou o 9M16 com um saldo de R\$ 926,2 milhões. Uma redução de R\$ 11,6 milhões, ou o equivalente a -1,2% em relação ao 9M15.

As disponibilidades apresentaram uma redução de R\$ 71,1 milhões ou -26,2% no 9M16, se comparado ao 9M15. Esta redução decorre principalmente da perda de rentabilidade do Fundo FIC atrelado à moeda norte-americana.

A redução da Dívida Bruta em -6,8% ou R\$ 82,7 milhões no 9M16 é motivada pela amortização dos juros acumulados na data de vencimento, referente ao financiamento pelo Citbank sob amparo da Lei 4.131 e amortização debêntures HSBC e Banco do Brasil.

CAPEX

R\$ MM	9M16	9M15	▲
Adição ao Imobilizado	12,4	18,8	-34,1%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	0,5	1,4	-61,1%
Direito de Concessão (Investimento)	56,4	77,0	-26,7%
(-) Capitalização de Result. Financeiro Intangível	(0,2)	(1,4)	-87,1%
(-) Transações não Caixa	(15,2)	(15,5)	-1,9%
(-) Margem de Construção	-	-	-
Total Investido	54,0	80,3	-32,8%

Os investimentos somam R\$54,0 milhões nos 9M16. As adições referem-se principalmente, aos seguintes projetos:

- **Plataformas Inclinadas** - Adequação das instalações para acessibilidade e instalação de elevadores, plataformas verticais ou plataformas inclinadas nas estações Arcoverde, Carioca, Central, Estácio e Saens Pena.
- **Piloto automático** - Fase 2 (Central e Centro de Manutenção) e Fase 4 (Estação Uruguai): Implantação de sistema de pilotagem automática digital nos novos trens para intensificar a segurança na circulação, tendo em vista os intervalos projetados para atender o aumento na demanda de passageiros.
- **Indicadores de destino** - Carro Metrô - Substituição dos displays atuais do indicador externo de destino dos trens, permitindo ao condutor escolher o destino a ser demonstrado a partir de um controlador central na cabine; Integrar a estação Uruguai ao Sistema de Mensagens Sonoras Automáticas dos trens, garantindo a qualidade da informação e orientação dos clientes.
- **Aquisição máquinas ATM (Auto Atendimento)** - Substituição dos equipamentos das estações e subestações que foram considerados obsoletos, proporcionando agilidade e melhor atendimento ao usuário.

RESULTADOS 3T16**Comentário Desempenho****EVENTO SUBSEQUENTE**

No dia 09 de novembro de 2016, a Moody's América Latina (Moody's) afirmou o rating global do MetrôRio em Ba2 e o nacional em Aa1.br. A perspectiva negativa foi mantida.

GLOSSÁRIO

ACT: acordo coletivo de trabalho.

AGETRANSP: Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro.

ATP: Automatic train protection

Carro x km: indicador de oferta do sistema metroviário, que consiste na quantidade de partidas, de uma estação inicial, multiplicado pela distância até o final da linha vezes o número de carros da composição, em uma única direção.

CDI: Certificados de Depósitos Interbancários são títulos emitidos pelos bancos como forma de captação ou aplicação de recursos excedentes

TR: Taxa Referencial de Juros

Dia Útil Equivalente (DUE): quantidade de dias úteis típicos, mais a quantidade de sábados, domingos, feriados e dias úteis atípicos, equivalentes a um dia útil típico.

Receitas e Custos de Construção: É uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível.

Receita Líquida Ajustada: Receita líquida que se refere exclusivamente à prestação de serviços da concessionária, excluindo as Receitas de Construção.

EBIT: O EBIT é a sigla em inglês para Earning Before Interest and qTaxes, também chamado no Brasil de LAJIR, isto é, Lucro antes dos Juros e Tributos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido). O EBIT corresponde a uma medida de lucro mais ligada ao resultado de natureza operacional auferido pela sociedade, que não inclui resultado financeiro, dividendos ou juros sobre o capital próprio, resultado de equivalência patrimonial e outros resultados não operacionais.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é UMA medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA foi padronizado pela Instrução CVM Nº 527/12.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão da margem de construção (Receitas de Construção menos Custos de Construção). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é uma forma de representar a sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da Margem EBITDA Ajustada, a em consideração a relação entre o EBITDA Ajustado e a Receita Líquida Ajustada.

IFRS: International Financial Reporting Standards são normas/padrões internacionais de contabilidade.



11/novembro/2016

À: Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio

At.: Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório de Revisão dos Auditores Independentes nº REL-0618/2016

Prezados Senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S.^{as} o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 30 de setembro de 2016.

Atenciosamente,

Ana Cristina Linhares Areosa
Sócia



Concessão Metroviária do Rio de
Janeiro S.A. - MetrôRio

Relatório de Revisão dos Auditores
Independentes acompanhado das
Informações Financeiras Intermediárias

Em 30 de setembro de 2016



Índice

	Página
Relatório de revisão dos auditores independentes	3
Informações Financeiras Intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2016	11

Relatório de revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da **Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“Companhia”)**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações financeiras intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa conclusão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase**Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas**

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.2 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito da “Operação Greenfield”. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia é indeterminado.

Outros assuntos**Informações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, cujo relatório datado em 30 de março de 2016 não conteve modificação. Os valores correspondentes ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2015, também apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, cujo relatório datado em 13 de novembro de 2015 com ênfase sobre a continuidade da Companhia.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 “S” – RJ

Notas Explicativas

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Operações da Companhia

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente).

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros. A Companhia é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém a totalidade do capital.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutive, até 27 de janeiro de 2038.

Notas Explicativas

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O contrato de Concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia.

O Contrato de concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado (“IGP-M”), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em 1 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) para portadores de ingressos que possuíam o Cartão Olímpico e Família Olímpica: atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 18 de setembro de 2016 entrou em operação. A Linha 4 tem a extensão de 16 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul).

A operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção, assinado em julho de 2013, firmado entre o MetrôRio, MetrôBarra, Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde o MetrôRio fica incumbido de executar a operação da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração da companhia para este serviço (Nota 17).

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo consolidado de R\$104.928 (R\$356.751 em 31 de dezembro de 2015), devido, principalmente, pelo registro no passivo circulante da Companhia de empréstimos e debêntures no valor de R\$232.736 (R\$549.774 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido.

1.2. Diligência em Acionistas e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimento e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da Invepar, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 11 de novembro de 2016 pela Administração da Companhia, compreendem:

As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas na imprensa oficial em 01 de abril de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

2.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Fornece orientações adicionais para que as entidades passem a fornecer informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de financiamentos.
- IAS 12 – Tributo sobre o lucro – Esclarecimentos sobre o reconhecimento de um ativo fiscal diferido para perdas não realizadas.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Concessionária não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	1.506	1.215	1.508	1.217
Certificado de depósitos bancários - CDB	65.057	38.337	65.057	38.337
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	<u>43.980</u>	<u>71.474</u>	<u>43.980</u>	<u>71.474</u>
Caixa e equivalentes de caixa *	<u>110.543</u>	<u>111.026</u>	<u>110.545</u>	<u>111.028</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média de 99,66% do CDI (91,34% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 30 de setembro de 2016, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$12.030 e não há restrição de movimentação destes recursos.

Notas Explicativas

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa do CDI	Indexador	Vencimento	Controladora e Consolidado	
				30/09/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras vinculadas					
Fundo cambial exclusivo (a)	98,45%	DÓLAR	set/18		
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				42.722	64.388
Mercado Futuro				-	1.448
Operações compromissadas				-	7.942
				<u>42.722</u>	<u>73.778</u>
Aplicações financeiras não vinculadas					
Fundo Mover (b)	97,70%	CDI/SELIC	nov/26		
Letras financeiras de tesouro				11.090	17.651
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				2.897	1.426
Certificado de depósitos bancários - CDB				-	17.833
Operações compromissadas				495	21.102
				<u>14.482</u>	<u>58.012</u>
Total circulante				<u>57.204</u>	<u>131.790</u>
Aplicações financeiras vinculadas (c)					
Certificado de depósitos bancários - CDB	95,89%	DI	ago/18	4.831	4.336
Operações compromissadas	95,88%	DI	jan/18	2.533	2.884
		DI			
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	97,03%		out/24	10.659	9.769
Certificado de depósitos bancários - CDB	95,89%	DI	ago/18	14.901	7.034
Total não circulante				<u>32.924</u>	<u>24.023</u>
Aplicações financeiras				<u>90.128</u>	<u>155.813</u>

- (a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento.
- (b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal Fazem parte deste fundo a INVEPAR, o METROBARRA, a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("METRÔRIO"), a Linha Amarela S.A. ("LAMSA") e a Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), Concessionária BR-040 ("VIA040"). O METROBARRA participou do fundo até julho de 2016, data em que houve o resgate do saldo total aplicado.
- (c) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$32.924 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:
- R\$106 (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço;
 - R\$13 (Banco Santander), R\$575 (Banco Safra S.A.), R\$16 (Banco HSBC), R\$2.123 (Banco Bradesco) e R\$4.531 (Banco Itaú) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis;

Notas Explicativas

- R\$10.659, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa 13;
- R\$14.901, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à Caixa Econômica Federal, referentes a três prestações mensais.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Venda de passagens (a)	5.033	1.904
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	8.213	8.930
Outros títulos a receber	903	779
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.793)</u>	<u>(3.294)</u>
Créditos a receber circulante – líquido	<u>9.356</u>	<u>8.319</u>
Não circulante		
Recebíveis do GERJ (c)	12.260	10.578
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(5.695)</u>	<u>(5.695)</u>
Créditos a receber não circulante	<u>6.565</u>	<u>4.883</u>

Os valores relativos a créditos a receber são:

- Receita de passagens a receber da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos;
- Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
- Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo.

	Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121-150 dias	151-180 dias	> 180 dias
30 de setembro de 2016	26.409	(10.488)	5.033	3.011	336	355	378	427	427	16.442
31 de dezembro de 2015	22.191	(8.989)	1.904	5.421	311	162	121	76	62	14.134

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30 de setembro de 2016						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
(10.488)	(23)	(23)	(14)	(370)	(378)	(427)	(9.253)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2015						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
(8.989)	(22)	(22)	(32)	(121)	(76)	(61)	(8.655)

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo no início do período	(8.989)	(10.209)
Adições	(3.750)	(1.903)
Reversões	1.557	28
Baixas	<u>694</u>	<u>3.095</u>
Saldo no fim do período	<u>(10.487)</u>	<u>(8.989)</u>

As perdas são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 91 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

A Companhia não recebeu valores referentes a gratuidade estudantil durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 (R\$762 recebidos no exercício de 2015).

6. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	50.228	32.339
Adiantamento a fornecedores	<u>751</u>	<u>751</u>
Total	<u>50.979</u>	<u>33.090</u>

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**a) Impostos a recuperar**

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	736	5.382
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	1.169	1.167
IRRF – aplicações financeiras	327	2.543
Outros	<u>82</u>	<u>45</u>
Total	<u>2.314</u>	<u>9.137</u>

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo fiscal	-	4.402
Base negativa de contribuição social	-	1.585
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.566	3.057
Provisão de redução do valor recuperável	4.438	4.438
Provisão para riscos	7.533	6.627
Amortização provisão outorga suplementar	9.275	8.642
Provisão para participação nos lucros	3.354	3.698
Provisões não dedutíveis	13.711	10.266
Variação cambial e <i>hedge</i> não realizados	397	(555)
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Amortização de outorga (*)	(6.158)	(6.375)
Custo de captação (*)	(169)	(281)
Outros	<u>4.038</u>	<u>4.038</u>
	<u>38.325</u>	<u>37.882</u>
Impostos diferidos – Ativo	46.312	46.753
Impostos diferidos – Passivo	(7.987)	(8.871)

(*)Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT, até 31/12/2014, constituídos sobre amortização da outorga fiscal e custo da dívida, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$44, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Notas Explicativas

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2016</u>
2016	9.285
2017	8.780
2018	791
2019	906
2020	1.292
2021 a 2023	9.992
2024 a 2025	<u>15.266</u>
Total	<u>46.312</u>

c) Tributos a recolher

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS	450	1.066
ISS	1.532	1.381
ICMS	1.706	-
IRRF e CSRF	1.681	1.712
Taxa AGETRANSP-RJ	419	380
INSS sobre terceiros	<u>280</u>	<u>297</u>
Circulante	<u>6.068</u>	<u>4.836</u>
PIS e COFINS	<u>187</u>	<u>187</u>
Não circulante	<u>187</u>	<u>187</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>01/01/2016</u> <u>a 30/09/2016</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 30/09/2015</u>	<u>01/07/2016</u> <u>a 30/09/2016</u>	<u>01/07/2015</u> <u>a 30/09/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	41.872	133.706	23.341	54.206
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(14.236)	(45.460)	(7.936)	(18.430)
Adições permanentes	(1.250)	(623)	(1.169)	(91)
Exclusões permanentes	-	15.601	-	15.601
Outros	<u>(255)</u>	<u>262</u>	<u>201</u>	<u>145</u>
	<u>(15.741)</u>	<u>(30.220)</u>	<u>(8.904)</u>	<u>(2.775)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(16.184)	(22.683)	(10.851)	(7.798)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>443</u>	<u>(7.537)</u>	<u>1.947</u>	<u>5.023</u>
Total dos impostos no resultado	<u>(15.741)</u>	<u>(30.220)</u>	<u>(8.904)</u>	<u>(2.775)</u>
Alíquota efetiva	37,59%	22,60%	38,15%	5,12%

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que, dentre outras providências, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015 (adoção opcional a partir de 2014), com a introdução de novo regime tributário.

A Companhia avaliou os impactos desta Lei e os aplicou a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

		Controladora e Consolidado				
		30/09/2016				
		Ativo	Passivo		Resultado	
<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
GRU AIRPORT	Nota de débito (a)	458	-	-	-	-
CART	Nota de débito (a)	101	26	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	5	12.848	124.193	-	(11.810)
LAMSA	Nota de débito (a)	-	33	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	3.493	-	-	(12.686)
VIA-040	Nota de débito (a)	-	138	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito/Locação de trem (c)	<u>9.252</u>	<u>2.000</u>	<u>-</u>	<u>606</u>	<u>(29.489)</u>
		<u>9.816</u>	<u>18.538</u>	<u>124.193</u>	<u>606</u>	<u>(53.985)</u>
		Controladora e Consolidado				
		31/12/2015				
		Ativo	Passivo		Resultado	
<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
GRU AIRPORT	Nota de débito (a)	458	-	-	-	-
CART	Nota de débito (a)	100	-	-	-	-
LAMSA	Debênture	-	12.848	133.828	-	(11.159)
LAMSA	Nota de débito (a)	-	33	-	10	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	68	5.519	-	-	(11.315)
INVEPAR	Juros sobre capital próprio	-	39.001	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito - Aval	-	11.382	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito/Locação de trem	8.645	17.356	-	4.493	-
VIA-040	Nota de débito	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>9.272</u>	<u>86.139</u>	<u>133.828</u>	<u>4.503</u>	<u>22.474</u>

(a) Nota de débito: São serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas que estão sendo repassados através de critérios de rateio.

Notas Explicativas

(b) Debêntures: Conforme descrito na nota explicativa 13 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada Linha Amarela S.A. - LAMSA.

Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso).

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

(c) Contrato de locação: Em 15 de abril de 2015, MetrôRio e MetroBarra firmaram contrato de locação de material rodante para o transporte metroviário da Linha 4 para utilização nas Linhas 1 e 2. A remuneração pela utilização dos trens ocorre mediante a liberação dos materiais rodantes pela engenharia do MetroBarra no montante de R\$290 mensal por unidade, ajustados anualmente pelo IPCA. Em 01 de abril de 2016, foi celebrado o primeiro aditivo ao contrato de locação de material rodante firmado entre o MetrôRio e o MetroBarra, no qual foi reajustado o valor da locação para R\$320 a partir de abril de 2016. O contrato permaneceu em pleno vigor até o dia imediatamente anterior à data de início dos testes da Linha 4. Os testes integrados da Linha 4 iniciaram em 01 de julho de 2016.

No âmbito do contrato de Operação e Manutenção da Linha 4 entre MetrôRio, MetrôBarra, Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), o MetrôRio se compromete a arcar com os custos e despesas decorrentes de eventual descumprimento conferidos à CRB no Contrato de locação firmado entre CRB e MetroBarra, afim de garantir adequada prestação de serviço público metroviário.

Debêntures

Conforme descrito na nota explicativa 13 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada Linha Amarela S.A. - LAMSA.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Pró-labore	1.907	2.220
Bônus variáveis	1.502	1.354
Encargos	452	546
Outros benefícios	<u>244</u>	<u>242</u>
Total	<u>4.105</u>	<u>4.362</u>

Notas Explicativas

Em 29 de abril de 2016 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$6.276.

A eleição do Conselho de Administração ocorrida em 29 de abril de 2016, para um mandato de dois anos (2016-2018). Os conselheiros renunciam qualquer remuneração pelo exercício da função, conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos mesmos.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado			
		Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2016
Custo					
Máquinas e equipamentos	12,60%	38.573	8.725	(3.536)	43.762
Móveis e utensílios	10%	4.489	1.911	(1.226)	5.174
Veículos	20%	1.823	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	<u>9.632</u>	<u>1.756</u>	<u>(668)</u>	<u>10.720</u>
Imobilizado bruto		<u>54.517</u>	<u>12.392</u>	<u>(5.430)</u>	<u>61.479</u>
Depreciação					
Máquinas e equipamentos		(16.075)	(4.525)	3.159	(17.441)
Móveis e utensílios		(773)	(2.822)	1.204	(2.391)
Veículos		(1.746)	(24)	-	(1.770)
Equipamentos de computação		<u>(4.781)</u>	<u>(1.434)</u>	<u>662</u>	<u>(5.553)</u>
Depreciação acumulada		<u>(23.375)</u>	<u>(8.805)</u>	<u>5.025</u>	<u>27.155</u>
Imobilizado líquido		<u>31.142</u>	<u>3.587</u>	<u>(405)</u>	<u>34.324</u>

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado				
		Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências*	Saldo em 31/12/2015
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,60%	56.916	14.475	(5.070)	(27.748)	38.573
Móveis e utensílios	10%	26.873	2.958	(26)	(25.316)	4.489
Veículos	20%	1.823	-	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	12.502	2.070	(4.940)	-	9.632
Peças sobressalentes*		10.100	394	-	(10.494)	-
Adiantamento a fornecedores		<u>18.026</u>	-	-	<u>(18.026)</u>	-
Imobilizado bruto		<u>126.240</u>	<u>19.897</u>	<u>(10.036)</u>	<u>(81.584)</u>	<u>54.517</u>
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(19.578)	(5.897)	130	9.270	(16.075)
Móveis e utensílios		(6.700)	(3.472)	16	9.383	(773)
Veículos		(1.645)	(101)	-	-	(1.746)
Equipamentos de computação		<u>(5.812)</u>	<u>(1.800)</u>	<u>2.831</u>	-	<u>(4.781)</u>
Depreciação acumulada		<u>(33.735)</u>	<u>(11.270)</u>	<u>2.977</u>	<u>18.653</u>	<u>(23.375)</u>
Imobilizado líquido		<u>92.505</u>	<u>8.627</u>	<u>(7.059)</u>	<u>(62.931)</u>	<u>31.142</u>

* Durante o exercício de 2015, a Companhia revisou a composição dos bens registrados como ativo imobilizado e como consequência, transferiu R\$62.931 para melhor classificação.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2016.

Notas Explicativas**10. INTANGÍVEL**

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixa	Saldo em 30/09/2016
Custo				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	394.136	-	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.237.122	-	-	1.237.122
Investimento na concessão	580.794	56.419	(1.499)	635.714
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	12.616	544	-	13.160
Outros	14	-	-	14
Total intangível bruto	3.157.525	56.963	(1.499)	3.212.989
Amortização				
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(241.308)	(8.120)	-	(249.428)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)	(377.746)	(49.776)	1.499	(426.023)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(217.321)	(24.143)	-	(241.464)
Direito de software	(8.174)	(2.496)	-	(10.670)
Amortização acumulada (d)	(844.549)	(84.535)	(1.499)	(927.585)
Total intangível líquido	2.312.976	(28.351)	-	2.285.404

	Controladora e Consolidado				
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixa	Transferên cias*	Saldo em 31/12/2015
Custo					
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	394.136	-	-	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.237.122	-	-	-	1.237.122
Investimento na concessão	411.353	103.402	(15.545)	81.584	580.794
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	-	-	932.843
Direito de software	8.494	4.122	-	-	12.616
Outros	14	-	-	-	14
Total intangível bruto	2.983.962	107.524	(15.545)	81.584	3.157.525
Amortização					
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(230.492)	(10.816)	-	-	(241.308)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)	(301.480)	(58.161)	548	(18.653)	(377.746)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(185.156)	(32.165)	-	-	(217.321)
Direito de software	(4.816)	(3.358)	-	-	(8.174)
Amortização acumulada (d)	(721.944)	(104.500)	548	(18.653)	(844.549)
Total intangível líquido	2.262.018	3.024	(14.997)	62.931	2.312.976

* Durante o exercício de 2015, a Companhia revisou a composição dos bens registrados como ativo imobilizado e como consequência, transferiu R\$62.931 para o ativo intangível para melhor classificação.

Notas Explicativas

- a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$231.196 e o montante referente ao ativo intangível - Direito de concessão “Outorga suplementar” é de R\$162.940.

- b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na nota explicativa 14, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

- c) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

- d) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de meses restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo intangível em 30 de setembro de 2016.

11. INVESTIMENTOS

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU 9 Participações Ltda., é uma subsidiária da Companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totaliza R\$2 subscrito e totalmente integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

Notas Explicativas

O ativo e patrimônio líquido da controlada em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão abaixo demonstrados:

	MASU 9	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	<u>2</u>	<u>2</u>
Total do ativo	<u>2</u>	<u>2</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	<u>2</u>	<u>2</u>
Total patrimônio líquido	<u>2</u>	<u>2</u>

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu uma filial Citpax LLC, nos EUA, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior.

Em 22 de junho de 2016, a Companhia encerrou as atividades da sua filial Citpax LLC, não gerando impacto contábeis e fiscais.

12. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores nacionais	30.327	43.980
Fornecedores internacionais	<u>7.168</u>	<u>9.963</u>
Total	<u>37.495</u>	<u>53.943</u>

Notas Explicativas**13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado			
					30/09/2016			31/12/2015
					Circulante	Não circulante	Total	Total
BNDES Direto 2	TJLP	1,92%	15/02/2017	9,42%	3.718	-	3.718	10.307
BNDES Direto 3								
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	9,22%	23.159	160.028	183.187	198.096
Subcrédito "B"	TJLP	1,72%	15/10/2017	9,22%	724	60	784	1.313
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	9,22%	13.335	91.090	104.425	113.024
FINEP								
Subcrédito "A"	TJLP	5,25%	15/01/2018	12,75%	1.570	507	2.077	3.246
Subcrédito "B"	TJLP	8,25%	15/01/2018	15,75%	1.663	536	2.199	3.437
Financiamento Importação								
Calyon	USD	3,44%	02/11/2016	3,49%	1.401	-	1.401	3.342
Citibank	USD	2,70%	18/03/2018	3,90%	20.200	104.998	125.198	147.893
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	9,80%	<u>17.266</u>	<u>233.645</u>	<u>250.911</u>	<u>249.199</u>
Subtotal					83.036	590.864	673.900	729.857
Custo de captação					<u>(499)</u>	<u>-</u>	<u>(499)</u>	<u>(827)</u>
Total					<u>82.537</u>	<u>590.864</u>	<u>673.401</u>	<u>729.030</u>
Debêntures								
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	11,50%	12.848	124.193	137.041	146.676
Debêntures - HSBC 1	DI	1,45%	13/03/2018	15,58%	31.951	180.000	211.951	265.333
NP – BB_ABC	DI	0,00%	21/11/2016	14,13%	<u>106.829</u>	<u>-</u>	<u>106.829</u>	<u>64.105</u>
Subtotal					151.629	304.192	455.821	476.114
Custo de captação					<u>(1.430)</u>	<u>(937)</u>	<u>(2.367)</u>	<u>-</u>
Total					<u>150.199</u>	<u>303.255</u>	<u>453.454</u>	<u>476.114</u>
Total geral					<u>232.736</u>	<u>894.119</u>	<u>1.126.855</u>	<u>1.205.144</u>

Notas Explicativas

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos e debêntures:

Descrição	31/12/2015	Adições				Amortização			Transferência	30/09/2016
		Captação	Juros	Atualização monetária	Variação Cambial	Principal	Juros*	Custo de Captação		
Passivo circulante										
BNDES II	8.840	-	406	70	-	(6.636)	(430)	-	1.468	3.718
BNDES III										
Subcrédito "A"	23.006	-	10.793	239	-	(16.854)	(10.883)	-	16.859	23.159
Subcrédito "B"	718	-	46	8	-	(539)	(48)	-	539	724
Subcrédito "C"	13.247	-	6.155	138	-	(9.708)	(6.207)	-	9.710	13.335
FINEP										
Subcrédito "A"	1.568	-	105	16	-	(1.176)	(119)	-	1.176	1.570
Subcrédito "B"	1.662	-	133	17	-	(1.244)	(150)	-	1.245	1.663
Calyon	3.342	-	58	(5)	(457)	(1.484)	(53)	-	-	1.401
Caixa Econômica Federal	8.039	-	14.176	185	-	(3.505)	(13.217)	-	11.588	17.266
Citibank	147.893	-	3.087		(10.377)	(133.546)	(6.042)	-	19.185	20.200
Debênture - LAMSA	12.848	-	11.822		-	(9.636)	(11.822)	-	9.636	12.848
Debênture – HSBC	265.333		27.483	-	-	(210.000)	(80.864)	-	30.000	31.952
Debênture BB	64.105	100.000	10.511	-	-	(55.000)	(12.787)	-	-	106.829
Custos de captação	(827)	(3.207)	-	-	-	-	-	2.105	-	(1.929)
Subtotal	<u>549.774</u>	<u>96.793</u>	<u>84.775</u>	<u>668</u>	<u>(10.834)</u>	<u>(449.328)</u>	<u>(142.622)</u>	<u>2.105</u>	<u>101.405</u>	<u>232.736</u>
Passivo não circulante										
BNDES II	1.467	-	-	1	-	-	-	-	(1.468)	-
BNDES III										
Subcrédito "A"	175.090	-	-	1.796	-	-	-	-	(16.859)	160.027
Subcrédito "B"	595	-	-	4	-	-	-	-	(539)	60
Subcrédito "C"	99.777	-	-	1.023	-	-	-	-	(9.710)	91.090
FINEP										
Subcrédito "A"	1.678	-	-	5	-	-	-	-	(1.176)	507
Subcrédito "B"	1.775	-	-	6	-	-	-	-	(1.245)	536
Debênture - LAMSA	133.828	-	-	-	-	-	-	-	(9.635)	124.193
Debênture - HSBC	-	210.000	-	-	-	-	-	-	(30.000)	180.000
Caixa Econômica Federal	241.160	-	-	4.073	-	-	-	-	(11.588)	233.645
Citibank	-	140.000	-	-	(15.817)	-	-	-	(19.185)	104.998
Custos de captação		(937)	-	-	-	-	-	-	-	(937)
Subtotal	<u>655.370</u>	<u>349.063</u>	<u>-</u>	<u>6.908</u>	<u>(15.817)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(101.405)</u>	<u>894.119</u>
Total geral	<u>1.205.144</u>	<u>445.856</u>	<u>84.775</u>	<u>7.576</u>	<u>(26.651)</u>	<u>(449.328)</u>	<u>(142.622)</u>	<u>2.105</u>	<u>-</u>	<u>1.126.855</u>

Notas Explicativas

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Descrição	Adições			Amortização				31/12/2015
	31/12/2014	Juros	Variação Cambial	Principal	Juros*	Custo de Captação	Transferência	
Passivo circulante								
BNDES 1	2.625	47	-	(2.617)	(55)	-	-	-
BNDES 2	9.180	1.151	-	(8.780)	(1.127)	-	8.416	8.840
BNDES 3								
Subcrédito "A"	22.906	15.467	-	(22.208)	(14.801)	-	21.642	23.006
Subcrédito "B"	716	97	-	(710)	(95)	-	710	718
Subcrédito "C"	13.190	8.867	-	(12.792)	(8.487)	-	12.469	13.247
FINEP								
Subcrédito "A"	1.565	202	-	(1.550)	(209)	-	1.560	1.568
Subcrédito "B"	1.662	345	-	(1.645)	(350)	-	1.650	1.662
Calyon	2.288	127	(404)	(2.918)	(174)	-	4.423	3.342
Debênture - LAMSA	8.734	16.614	-	(7.494)	(17.855)	-	12.848	12.848
Debênture - HSBC	-	29.747	-	-	-	-	235.586	265.333
Debênture BB	-	4.623	-	-	-	-	59.482	64.105
Citibank	-	2.396	37.500	-	-	-	107.997	147.893
Caixa Econômica Federal	<u>5.018</u>	<u>19.202</u>	<u>(335)</u>	<u>-</u>	<u>(19.225)</u>	<u>-</u>	<u>3.379</u>	<u>8.039</u>
Subtotal	<u>67.883</u>	<u>98.885</u>	<u>36.761</u>	<u>(60.714)</u>	<u>(62.378)</u>	<u>-</u>	<u>470.163</u>	<u>550.601</u>
Passivo não circulante								
BNDES 2	9.883	-	-	-	-	-	(8.416)	1.467
BNDES 3								
Subcrédito "A"	196.732	-	-	-	-	-	(21.642)	175.090
Subcrédito "B"	1.305	-	-	-	-	-	(710)	595
Subcrédito "C"	112.246	-	-	-	-	-	(12.469)	99.777
FINEP								
Subcrédito "A"	3.238	-	-	-	-	-	(1.560)	1.678
Subcrédito "B"	3.426	-	-	-	-	-	(1.650)	1.775
Calyon	2.260	-	2.163	-	-	-	(4.423)	-
Debênture - LAMSA	146.676	-	-	-	-	-	(12.848)	133.828
Debênture - HSBC	231.010	4.575	-	-	-	-	(235.585)	-
Caixa Econômica Federal	241.512	-	3.027	-	-	-	(3.379)	241.160
Debênture BB	55.771	3.711	-	-	-	-	(59.482)	-
Citibank	<u>98.411</u>	<u>367</u>	<u>9.219</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(107.997)</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>1.102.470</u>	<u>8.653</u>	<u>14.409</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(470.163)</u>	<u>655.370</u>
Total	<u>1.170.353</u>	<u>107.538</u>	<u>51.170</u>	<u>(60.714)</u>	<u>(62.378)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.205.969</u>
Custos de captação	<u>(1.732)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>907</u>	<u>-</u>	<u>(827)</u>
Total geral	<u>1.168.621</u>	<u>107.538</u>	<u>51.170</u>	<u>(60.714)</u>	<u>(62.378)</u>	<u>907</u>	<u>-</u>	<u>1.205.144</u>

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	30/09/2016	31/12/2015
2017	49.160	65.458
2018	358.475	61.533
2019	62.027	60.198
2020 em diante	<u>424.457</u>	<u>468.181</u>
	<u>894.119</u>	<u>655.370</u>

Notas Explicativas

BNDES

- Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES (“BNDES Direto II”), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento acima referido é feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e são pagos mensalmente, no período de amortização do principal.

- Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (“BNDES Direto III”), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: “A” (R\$278.395), “B” (R\$3.200) e “C” (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito “A” será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “B” será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirá a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “C” será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto I, BNDES Direto II e BNDES Direto III são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$31.353, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$10.450, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.

Notas Explicativas

- Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto 1, em 2º grau para o BNDES Direto 2 e em 3º grau para o BNDES Direto 3, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
 - a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia; e
 - c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição está sendo atendida. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto 1 quanto para o contrato BNDES Direto 2, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo.

Financiamento

Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$ 36,389, em parcela única, os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313 a.a., pagos em parcela única. Parte do principal foi pago em 11 de março de 2016.

Em 11 de março de 2016, foi celebrado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças entre a Companhia e o Citibank N.A., no valor US\$37,736 perfazendo o montante de R\$140.000.000 (Cento e quarenta milhões de reais). Os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,7000 a.a., em 2 parcelas pagáveis em 13 de março de 2017 e 12 de março 2018. A forma de pagamento do principal será a partir de 366 dias contados da data de desembolso em 2 parcelas consecutivas, nas datas de 13 de março 2017 e 12 de março de 2018.

Notas Explicativas

Financiamento importação

Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP (*“Automatic Train Protection”*), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado, terá atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos foi feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos foram embarcados. A amortização do principal será realizada em dólar e em 14 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação do principal realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juros acumulado até essa data.

Financiadora de Estudos e Projetos

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos “A” (R\$10.452) e “B” (R\$11.048). O crédito foi integralmente posto à disposição da Companhia em 01 de agosto de 2011.

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos “A” e “B” incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente, mais TJLP.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito “B” ainda não foram creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente;
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “2” e “3”, FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foi de R\$180 (R\$1.722 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

Debêntures

- Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

- Em 12 de março de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 13 de março de 2016.

- Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Notas Explicativas

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo BB – Banco de Investimento S.A.. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 5.500 (cinco mil e quinhentas) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$55.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 19 de maio de 2016.

- Em 3 de março de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 11 de março de 2016, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 2 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de março de 2018.

- Em 16 de maio de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 9ª Emissão de Notas Promissórias, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.

As Notas Promissórias foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de maio de 2016, e composta por 200 (Duzentas) Notas Promissórias, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$500.000,00 (Quinhentos mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (Cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 180 dias (cento e oitenta dias) contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de Novembro de 2016.

Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Anual
	BNDES	EBITDA/RF*	≥ 2	Anual

*Resultado Financeiro

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	954	1.143
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	<u>859</u>	<u>1.028</u>
	<u>1.813</u>	<u>2.171</u>
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	<u>51.310</u>	<u>47.651</u>
	<u>51.310</u>	<u>47.651</u>
Total	<u>53.123</u>	<u>49.822</u>

Notas Explicativas

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

- R\$954 (R\$1.143 em 31 de dezembro de 2015) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018. A quitação deste compromisso, atualizado até 30 de setembro de 2016, está programada para dezembro de 2016.
- R\$51.310 (R\$47.651 em 31 de dezembro de 2015) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 30 de setembro de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Esse compromisso, somava em 30 de setembro de 2016, R\$51.310 (R\$47.651 em 31 de dezembro de 2015), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$54.648 (R\$50.501 em 31 de dezembro de 2015). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

b) Compromisso decorrente da Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 30 de setembro de 2016, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

Notas Explicativas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, o valor investido totalizou R\$56.419 (R\$76.965 em 30 de setembro de 2015).

Em 30 de setembro de 2016, o valor de R\$859 (R\$1.028 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038.

Movimentação concessão:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>		<u>30/09/2016</u>
		<u>Atualização resultado</u>	<u>Pagamento</u>	
Outorga (a)	<u>2.171</u>	<u>(358)</u>	<u>-</u>	<u>1.813</u>
Circulante	<u>2.171</u>	<u>(358)</u>	<u>-</u>	<u>1.813</u>
Outorga (b)	<u>47.651</u>	<u>4.678</u>	<u>(1.019)</u>	<u>51.310</u>
Não Circulante	<u>47.651</u>	<u>4.678</u>	<u>(1.019)</u>	<u>51.310</u>
Total	<u>49.822</u>	<u>4.320</u>	<u>(1.019)</u>	<u>53.123</u>

(a) Outorga do circulante, refere-se a compra dos trens.

(b) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo.

	<u>31/12/2014</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>		<u>31/12/2015</u>
		<u>Atualização resultado</u>	<u>Pagamento</u>	
Outorga (a)	<u>1.266</u>	<u>1.044</u>	<u>(139)</u>	<u>2.171</u>
Circulante	<u>1.266</u>	<u>1.044</u>	<u>(139)</u>	<u>2.171</u>
Outorga (b)	<u>42.381</u>	<u>5.552</u>	<u>(282)</u>	<u>47.651</u>
Não Circulante	<u>42.381</u>	<u>5.552</u>	<u>(282)</u>	<u>47.651</u>
Total	<u>43.647</u>	<u>6.596</u>	<u>(421)</u>	<u>49.822</u>

(a) Outorga do circulante, refere-se a compra dos trens.

(b) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo.

Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

Notas Explicativas

A Companhia apresenta no quadro abaixo (*) a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	<u>5.229.910</u>
Total	<u>6.093.927</u>

(*)Quadro não revisado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

15. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cíveis	7.849	7.301
Trabalhistas	9.851	7.672
Tributárias	<u>2.001</u>	-
Total	<u>19.701</u>	<u>14.973</u>

Movimentação das provisões

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Provisões</u> <u>efetuadas</u>	<u>Atualização</u> <u>monetária</u>	<u>Reversões/</u> <u>pagamentos</u>	<u>Saldo final</u> <u>30/09/2016</u>
Cíveis	7.301	615	810	(877)	7.849
Trabalhistas	7.672	874	1.443	(138)	9.851
Tributárias	-	<u>2.001</u>	-	-	<u>2.001</u>
Total	<u>14.973</u>	<u>3.490</u>	<u>2.253</u>	<u>(1.015)</u>	<u>19.701</u>

Notas Explicativas

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Provisões</u> <u>efetuadas</u>	<u>Atualização</u> <u>monetária</u>	<u>Reversões/</u> <u>pagamentos</u>	<u>Saldo final</u> <u>31/12/2015</u>
Cíveis	7.553	445	(149)	(548)	7.301
Trabalhistas	6.104	1.320	672	(424)	7.672
Tributárias	183	-	-	(183)	-
Administrativas	<u>316</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(316)</u>	<u>-</u>
Total	<u>14.156</u>	<u>1.765</u>	<u>523</u>	<u>(1.471)</u>	<u>14.973</u>

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 30 de setembro de 2016, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$109.624 (R\$89.711 em 31 de dezembro de 2015).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Em 30 de setembro de 2016, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$69.368 (R\$72.072 em 31 de dezembro de 2015).

c) Riscos tributários

- Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) e que a área de energia orçou os valores de ICMS.

Optamos pelo contingenciamento desses valores, até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado. A contingência tributária provisionada no valor de R\$1.301 é corrigida mensalmente pelo IGPM.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadaçãoa) Depósitos recursais

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possuía R\$25.321 em depósitos recursais (R\$24.116 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.

O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 30 de setembro de 2016 é de R\$29.104 (R\$29.023 em 31 de dezembro de 2015), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 30 de setembro de 2016, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$20.233 (R\$20.171 em 31 de dezembro de 2015).

c) Bloqueios judiciais

Em 30 de setembro de 2016, o montante referente a bloqueios judiciais é de R\$1.887 (R\$1.562 em 31 de dezembro de 2015).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela INVEPAR.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o valor da reserva legal é de R\$4.177.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei das sociedades por ações. O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia provisionou antecipadamente o montante de R\$45.884 referente a juros sobre capital próprio, com base no resultado acumulado até 31 de julho de 2015. O montante foi liquidado em 18 de março de 2016, sendo o valor líquido de impostos R\$39.001.

Notas Explicativas

O JSCP antecipado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 superou o montante de dividendos mínimos obrigatórios, dispensando a Companhia da obrigatoriedade de destinação do mesmo. A administração optou por destinar o restante do resultado para dividendos adicionais propostos no montante de R\$33.486.

Em 30 de junho de 2016 o montante R\$33.486 referente a dividendos adicionais propostos foram pagos.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZAReceitas

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015
Receita com passagens	662.526	569.635	234.923	200.519
Receitas acessórias	29.866	21.756	16.207	6.399
Receitas de serviços	5.789	-	5.789	-
Receita da construção	56.239	75.539	26.346	36.194
Impostos e contribuições sobre a receita	(20.101)	(16.385)	(7.639)	(5.668)
Receita de serviços líquidas	734.319	650.545	269.837	237.444

Custos e Despesas por natureza

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015
Pessoal e encargos	(186.351)	(138.658)	(75.964)	(47.761)
Conservação e manutenção	(55.586)	(46.138)	(19.507)	(16.721)
Comunicação, marketing e publicidade	(6.638)	(3.484)	(3.493)	(1.035)
Seguros e garantias	(4.532)	(2.354)	(2.462)	(1.005)
Serviços de terceiros	(11.975)	(11.034)	(4.177)	(3.761)
Veículos	(456)	(424)	(130)	(119)
Consultoria e assessoria	(9.605)	(13.761)	(3.417)	(5.599)
Aluguéis*	(30.803)	(1.342)	(2.455)	(420)
Energia elétrica	(65.092)	(52.958)	(23.158)	(18.562)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / Provisão para riscos	(4.763)	(3.578)	(1.294)	(1.426)
Parte relacionada	(12.686)	(11.459)	(4.584)	(4.107)
Depreciação e amortização	(93.340)	(84.528)	(31.195)	(28.604)
Custo de construção	(56.239)	(75.539)	(26.346)	(36.194)
Outros	(28.062)	(20.977)	(12.070)	(7.618)
	(566.128)	(466.234)	(210.252)	(172.932)
Custo de serviços prestados	(383.331)	(306.803)	(123.163)	(102.801)
Custo de construção	(56.239)	(75.539)	(26.346)	(36.194)
Despesas gerais e administrativas	(128.350)	(85.268)	(61.166)	(34.281)
Outras receitas operacionais líquidas	1.792	1.376	422	344
	(566.128)	(466.234)	(210.252)	(172.932)

* Em 30 de setembro de 2016, o MetrôRio incorreu em custo de locação, o aluguel de trens junto ao METROBARRA, vide nota 8, no montante de R\$29.489.

Notas Explicativas**18. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2016 a 30/09/2016	01/04/2015 a 30/09/2015
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	12	6	1	3
Juros sobre aplicações financeiras	18.671	48.001	5.982	22.725
Juros ativos	109	62	17	30
Operações de Hedge	-	44.893	-	30.727
Varição monetária ativa	3.740	3.585	1.124	1.044
Variações cambiais ativas	<u>35.240</u>	<u>13.402</u>	<u>6.239</u>	<u>6.936</u>
Total receitas financeiras	<u>57.772</u>	<u>109.949</u>	<u>13.363</u>	<u>61.465</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(40.734)	(35.821)	(13.283)	(10.852)
Comissões e despesas bancárias	(1.085)	(1.451)	(319)	(488)
Juros passivos	(13.683)	(7.007)	(1.049)	(843)
Operações de Hedge	(50.336)	-	(1.419)	-
Varição monetária passiva	(13.393)	(12.904)	(4.422)	(3.330)
Juros sobre debêntures	(37.994)	(30.774)	(13.984)	(11.689)
Variações cambiais passivas	(7.208)	(60.731)	(7.208)	(40.374)
Juros com partes relacionadas	(11.810)	(11.159)	(4.071)	(3.941)
Outros	<u>(7.848)</u>	<u>(707)</u>	<u>(3.852)</u>	<u>(254)</u>
Total despesas financeiras	<u>(184.091)</u>	<u>(160.554)</u>	<u>(49.607)</u>	<u>(71.771)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(126.319)</u>	<u>(50.605)</u>	<u>(36.244)</u>	<u>(10.306)</u>

19. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora			
	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015
Resultado básico e diluído por ação				
Numerador				
Lucro líquido do semestre atribuído aos acionistas da Companhia	26.131	103.486	14.437	51.431
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.446.899	1.446.899	1.446.899	1.446.899
Lucro básico e diluído por ações	<u>0,01806</u>	<u>0,07152</u>	<u>0,00997</u>	<u>0,03555</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 30 de setembro de 2016, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 30 de setembro de 2016, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Risco operacional	250.000	01/08/2014	01/08/2017	Bradesco
Responsabilidade civil geral	75.000	01/08/2014	01/08/2017	Allianz
Transporte nacional	4.000	28/02/2016	28/02/2017	RSA
Transporte internacional	3.000*	28/02/2016	28/02/2017	RSA
		31/12/2015	31/12/2016	Tokio
Automóvel frota	Tabela Fipe			Marine
D&O	100.000	21/09/2015	05/12/2016	XL

(*) Em milhares de Dólares - (Em reais R\$10.680).

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 30 de setembro de 2016 eram de R\$26.043 (R\$24.023 em 31 de dezembro de 2015), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamentos junto ao BNDES e CEF; (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na nota explicativa 4.

22. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo à contratação de fornecimento de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A., para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, celebrado em 26 de janeiro de 2009. Essa obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

(i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e

Notas Explicativas

(ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

	Consolidado			
	30/09/2016		31/12/2015	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	110.545	-	111.028	-
Aplicação financeira	90.128	-	155.813	-
Créditos a receber	-	15.921	-	13.202
Parte relacionada	-	9.816	-	9.272
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	48.799	-
Total do ativo	<u>200.673</u>	<u>25.737</u>	<u>315.640</u>	<u>22.474</u>
Passivos				
Fornecedores	-	37.495	-	53.943
Parte relacionada	-	5.690	-	34.290
Empréstimos e financiamentos	-	673.401	-	729.030
Debêntures	-	453.454	-	476.114
Obrigações com poder concedente	-	53.123	-	49.822
Instrumentos financeiros derivativos	-	29.485	-	5.423
Total do passivo	<u>-</u>	<u>1.252.648</u>	<u>-</u>	<u>1.348.622</u>

Notas Explicativas

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, SELIC, IPCA e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 14, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas na notas explicativas 4 e 13, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possuía operações com característica de *hedge*.

Notas Explicativas

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber/ (pagar)	30/09/2016
								Valor justo diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	140.000	124.796	153.259	(28.463)	(28.786)
							Passivo circulante	(28.786)
								31/12/2015
	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber/ (pagar)	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	11/03/2016	85.000	151.221	108.016	41.223	43.205
							Ativo circulante	43.205

No período findo em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía operações para proteção cambial de passivo com Banco Santander e HSBC Bank. Abaixo o demonstrativo:

Em aberto:

30/09/2016						
Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	17/10/2016	603	4,807	(700)
						(700)
31/12/2015						
Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	25/04/2016	EUR 70	4,2847	13
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	25/05/2016	EUR 381	4,3264	74
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	17/06/2016	EUR 740	4,3743	140
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	11/11/2015	25/07/2016	EUR 11	4,4241	2
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	30/09/2015	30/06/2016	EUR 267	4,849	(67)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	25/01/2016	EUR 21	4,153	4
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	25/02/2016	EUR 10	4,1995	2
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	28/03/2016	EUR 17	4,247	3
						171

Notas Explicativas

Liquidadados:

30/09/2016						
Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	25/01/2016	EUR 21	4,46	6
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	18/01/2016	26/02/2016	EUR 229	4,45	(23)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	25/02/2016	EUR 10	4,40	2
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	08/03/2016	EUR 62	4,14	(20)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	28/03/2016	EUR 17	4,12	(2)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	15/04/2016	EUR 67	4,52	(38)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	11/11/2015	25/04/2016	EUR 70	4,28	(18)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	11/11/2015	25/05/2016	EUR 381	4,33	(141)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	18/01/2016	15/06/2016	EUR 67	4,62	(48)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	11/11/2015	27/06/2016	EUR 740	4,37	(457)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	30/09/2015	30/06/2016	EUR 261	4,85	(324)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	19/02/2016	30/06/2016	EUR 198	4,70	(216)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	11/11/2015	25/07/2016	EUR 11	4,05	(9)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	15/08/2016	EUR 67	4,71	(79)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	19/02/2016	29/07/2016	EUR 1360	4,05	<u>(1.510)</u>
						<u>(2.877)</u>
31/12/2015						
Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	30/09/2015	30/11/2015	EUR 1.050	3,9564	(626)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Citibank	19/08/2014	15/12/2015	EUR 479	4,291	428
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2015	23/12/2015	EUR 38	4,3624	10
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Citibank	19/08/2014	15/09/2015	EUR 600	4,3709	634
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	19/08/2014	17/08/2015	EUR 839	3,8619	482
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	19/08/2014	15/07/2015	EUR 479	3,4403	87
						<u>1.015</u>

Em 11 de março de 2016, foi firmado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito entre o MetroRio e o banco Citibank, no valor US\$37,736.

Para proteção desta operação foi contratado um SWAP no mesmo valor a uma taxa de R\$3,71 por cada US\$ 1, a variação no resultado provisionado do SWAP está diretamente ligada a flutuação da taxa do Dólar.

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)	7,50%	9,38%	11,25%
TR Passivo (% ao ano)	1,96%	2,45%	2,94%
DI Ativo (% ao ano)	14,13%	10,60%	7,07%
DI Passivo (% ao ano)	14,13%	17,66%	21,20%
SELIC Ativo (% ao ano)	14,15%	10,61%	7,08%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	R\$3,56	R\$4,45	R\$5,34
Varição câmbio passivo	R\$1,00	R\$1,25	R\$1,50

Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Risco	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa	DI	1.508	213	160	107
Aplicações financeiras					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	65.057	9.193	6.894	4.596
Operações compromissadas	DI	43.980	6.214	4.661	3.107
Fundo cambial exclusivo					
Títulos públicos federais - NTN	SELIC	42.722	6.045	4.534	3.023
Fundo mover					
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	2.897	410	307	205
Títulos públicos federais - NTN	SELIC	495	70	53	35
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	11.090	1.567	1.175	784
Operações compromissadas	DI	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos					
BNDDES	TJLP	(292.114)	(21.909)	(27.386)	(32.863)
FINEP	TJLP	(4.276)	(321)	(401)	(481)
Debênture BB	DI	(106.829)	(15.095)	(18.869)	(22.642)
	Taxa Câmbio				
	R\$/US\$	(431)	(1.403)	(1.751)	(2.102)
Financiamento importação*					
Financiamento CEF	TR	(250.911)	(5.167)	(6.459)	(7.751)
Debênture LAMSA (CEF)	TR	(137.041)	(2.822)	(3.528)	(4.233)
Debênture HSBC	DI	(211.951)	(29.949)	(37.436)	(44.923)
CITIBANK	DI	(125.198)	(17.690)	(22.113)	(26.536)

(*) Em setembro de 2016 montante em Dólares.

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	673.401	729.030
Debêntures	453.454	476.114
Caixa e equivalentes de caixa	(110.545)	(111.028)
Aplicações financeiras	(90.128)	(155.813)
Dívida líquida	926.182	938.303
Patrimônio líquido	1.374.468	1.381.823
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>2.300.650</u>	<u>2.320.126</u>

i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

Notas Explicativas

24. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	15.207	15.497
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	180	1.427

25. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

O MetrôRio mantém um plano de benefício definido de aposentadoria para seus funcionários.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 30 de setembro de 2016 o plano encontra-se superavitário, conforme última avaliação atuarial, realizada em 31 de dezembro de 2015, e a Concessionária não reconheceu o Ativo Atuarial Líquido em suas informações financeiras trimestrais.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 05 de outubro de 2016, foi ratificado o levantamento do balanço com base no resultado acumulado até 31 de agosto de 2016, e a distribuição de dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço, de até R\$30.116, assim com a destinação de Reserva Legal de 5% no montante de R\$1.585.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações financeiras intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa conclusão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.2 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito da "Operação Greenfield". O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia é indeterminado.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, cujo relatório datado em 30 de março de 2016 não conteve modificação. Os valores correspondentes ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2015, também apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, cujo relatório datado em 13 de novembro de 2015 com ênfase sobre a continuidade da Companhia.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

A DIRETORIA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 15 de agosto de 2016, referente às demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

A DIRETORIA

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração de escala de Moeda.